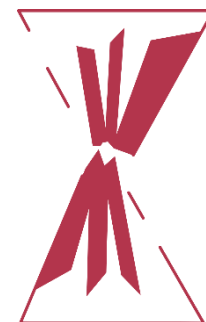


Folhas operárias e anarquistas no interior do RS: ação de conscientização de trabalhadores em Bagé (1902-1940)

Workers' and anarchist newspapers in the interior of Rio Grande do Sul: awareness-raising campaign among workers in Bagé (1902-1940)



SILVA, Marcelo Pimenta e*



<https://orcid.org/0000-0001-7416-4276>

RESUMO: O presente artigo analisa a imprensa operária e anarquista na cidade de Bagé (Rio Grande do Sul), tendo como marco temporal o começo do século XX. Para construção do texto, utilizou-se como foco a imprensa voltada à divulgação da doutrina anarquista. No entanto, busca-se também verificar a visão editorial das folhas, de modo a evidenciar seu papel como instrumento de formação ideológica dos trabalhadores. Para isso, foram selecionadas quatro folhas para análise da produção discursiva. A pesquisa justifica-se pela compreensão de como os jornais trabalhavam na divulgação de ideias operárias e anarquistas no contexto político-social de Bagé. Com a análise foi possível atestar que, mesmo reproduzindo o pensamento libertário de autores anarquistas da Europa, também havia espaço para discutir pautas locais. Contudo, a investigação também observou que as folhas enfrentaram limitações diversas para propagar sua ideologia, como o ambiente econômico e social da cidade de Bagé, tanto quanto o próprio enfrentamento político às suas propostas libertárias.

ABSTRACT: This article analyzes the workers' and anarchist press in the city of Bagé (Rio Grande do Sul), focusing on the beginning of the 20th century. The text focuses on press outlets dedicated to disseminating anarchist doctrine. However, it also seeks to examine the editorial vision of these newspapers, highlighting their role as instruments for the ideological formation of workers. To this end, four newspapers were selected for analysis of their discursive production. The research is justified by understanding how newspapers worked to disseminate workers' and anarchist ideas within the socio-political context of Bagé. The analysis revealed that, even while reproducing the libertarian thought of anarchist authors from Europe, there was also space to discuss local issues. However, the investigation also observed that the newspapers faced various limitations in propagating their ideology, such as the economic and social environment of Bagé, as well as the political opposition to their libertarian proposals.

KEYWORDS: Labor movement; Anarchism; Press.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento operário; Anarquismo; Imprensa.

* Jornalista. Pós-graduado em Comunicação Mercadológica. Pesquisador do grupo Associação dos Amigos do Arquivo Público de Bagé (RS).



Introdução

A vinda de estrangeiros ao Brasil no século XIX redefiniu não só a concepção do trabalho no país, mas também a própria observação acerca da exploração da mão de obra. A presença desses imigrantes e as condições de trabalho que encontrariam no país favoreceu, ao longo do tempo, para que se disseminassem ideias voltadas à luta pelos direitos do trabalhador. As ideias difundidas pelo movimento operário e anarquista no Brasil, presentes na imprensa destinada à formação de uma mão de obra consciente da importância de lutar pelos seus direitos, resultam, em grande medida, da interação com os trabalhadores imigrantes tem muito dessa interação com os trabalhadores imigrantes, fator que será explicado ao longo deste artigo.

A partir da vinda de imigrantes ao Brasil – ação que tem como marco político o Decreto sem número de Dom João VI, de 25 de novembro de 1808 (Brasil, 1808), estimulou-se a vinda de estrangeiros ao país, com a concessão de sesmarias, a fim de que se aumentasse a produção do setor primário e a população em um país de dimensões continentais. Ao longo do século, novas políticas foram implementadas para o incentivo à imigração de trabalhadores ao Brasil. Conforme Costa, Souza e Barros (2019, p. 171), antes de 1867, os trabalhadores imigrantes não contavam com os mesmos direitos e liberdades que os nascidos no Brasil, estando à mercê do que convinha aos administradores das colônias. Costa, Souza e Barros (2019, p. 171) aponta que, a partir de 1867, com objetivo de fortalecer uma política de imigração, novos decretos foram editados, como o de nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. No documento, entre as ações para atração de trabalhadores imigrantes estava “[...] atribuição de um lote de terra a cada família, que poderia ser pago em ‘cinco prestações iguais, a contar do fim do segundo ano de seu segundo ano de seu estabelecimento” (Costa; Souza; Barros, 2019, p. 171).

Deve-se destacar que, como salienta Elias (2005, p. 14), a política de incentivo à imigração enfrentou restrição ao longo do período do Brasil império, justamente porque a mão de obra escrava e o tráfico negreiro era lucrativo para a agricultura e o comércio nacional. Em 1850, como aponta o autor, com a Lei Eusébio de Queiroz, ocorre a proibição do tráfico negreiro, iniciando, assim, um processo de enfraquecimento do sistema escravagista no país e possibilitando que uma política migratória começasse a ganhar força nacionalmente. Na

década seguinte, o discurso pelo fim da escravidão no Brasil ganhava força na sociedade. Alvim (2000, p. 319) reitera que pela necessidade de mão de obra barata e a própria extinção do tráfico negreiro, buscou-se uma substituição pelo trabalho realizado por imigrantes, mas diferente do modelo colonial adotado no começo do século XIX.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, Lei nº 2.040 – que considerava livres da escravidão os filhos de mães escravas que tivessem nascido a partir de 1871; e o Decreto nº 1950, de 27 de julho de 1871 – que apresentava uma maior flexibilização para naturalização de estrangeiros a partir de 21 anos – como salientam Costa, Souza e Barros (2019, p. 172), possibilitou uma expansão da política imigratória no Brasil, a fim de fomentar esse processo para a remodelação da mão de obra no país. Emília Viotti da Costa (2008) reitera esse cenário de ampliação da imigração no país a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Entre 1875 e 1886, entraram na província de São Paulo quatro vezes mais imigrantes do que nos quarenta anos anteriores. Foi, no entanto, nos dois últimos anos anteriores à abolição que a imigração italiana realmente tomou impulso. Em 1886 e 1887 mais de 100 mil imigrantes, em sua maioria italianos e portugueses, chegaram à província de São Paulo. Entre 1888 e 1900, São Paulo receberia 800 mil imigrantes — número superior à população escrava em todo país no ano de 1887 (Costa, 2008, p. 71).

A expansão das cidades como possibilidade de modernização do país, agora sob a égide de uma política administrativa republicana, demandou mais trabalhadores qualificados para esse contexto de urbanização, principalmente em cidades com demanda econômica por uma industrialização maior. Campos (2014 p. 39) ressalta que a partir dessa condição, o Brasil estimulou, ainda mais no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a elevação no contingente de trabalhadores que imigravam da Europa para trabalhar no Brasil. Essa tal demanda que estava relacionada a profissões que exigiam maior conhecimento técnico para serem executadas. Isso porque, como aponta Campos (2014, p. 39) havia uma ideia preconcebida de que para atender a essa exigência de conhecimento técnico, os imigrantes europeus eram mais qualificados, dado o nível de industrialização de países da Europa.

Esse fluxo de imigração ao Brasil permanece com força até o começo da Primeira Guerra Mundial “[...] fez-se necessária a reabilitação da mão de obra nacional. Paulatinamente, o trabalhador local foi assumindo lugar no processo produtivo, inicialmente, realizando os trabalhos mais desgastantes e piores remunerados” (Campos, 2014, p. 39). No

entanto, como ressalta a autora, o trabalhador brasileiro passou a ocupar esses postos de trabalho, contudo sendo designado a desenvolver atividades produtivas com mais desgaste e com pior remuneração, o que simbolizava ainda uma ideia de gestão escravagista. Cardoso (2019, p. 49) comenta que esse modelo para os trabalhadores era resquício de quase três séculos de um sistema cuja obtenção de lucro se dava a partir da escravidão; agora, reconfigurado para uma estrutura em que o trabalhador livre e liberto era desqualificado em suas condições de atuação.

[...] a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro, do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades (Cardoso, 2019, p. 49).

No caso de enfoque deste artigo, o Rio Grande do Sul foi um dos estados brasileiros que mais recebeu mão de obra imigrante no período final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Regiões como a de Bagé, na fronteira com o Uruguai, e próxima de cidades portuárias como Rio Grande e de forte capital econômico e cultural como Pelotas, houve um grande fluxo de imigrantes de países como a Espanha e a Itália. Assim como Uruguaiana, devido à sua fronteira com a Argentina, Bagé também apresentava um grande intercâmbio de trabalhadores desses países da Europa. Dessa forma, ocorreu um profundo intercâmbio de ideias sobre direitos dos trabalhadores e novas perspectivas ideológicas entre o operariado brasileiro e o europeu.

Sob uma realidade socioeconômica mundial em que o estágio do capitalismo não permitia mais a escravidão, as primeiras ações para formação de uma consciência de classe acerca da opressão à qual eram submetidos os trabalhadores já eram perceptíveis na segunda metade do século XIX. Santos (2019, p. 5 e 6) descreve que antes mesmo da abolição em 1888, muitas Ligas Operárias passaram a ser constituídas, assim como as organizações mutualistas que foram importantes nesse contexto. Ao longo das décadas, essas entidades possibilitaram desenvolver uma noção de classe, porém sem uma base ideológica, que fizesse com que os trabalhadores enxergassem o seu papel no sistema capitalista, assim como estimulasse estratégias de lutas pelos seus direitos.

Esse ideário começou a se formar por influência de muitos imigrantes europeus, em especial, italianos que eram alertados pelo próprio governo de seu país sobre as condições de exploração a que os trabalhadores eram submetidos. A partir dessa relação entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros, deu-se início, como ressalta Santos (2019, p. 15), à formação e desenvolvimento da consciência de classe operária no país, em especial a partir do convívio com portugueses, italianos e espanhóis.

A incipiente classe operária brasileira organizou-se também através do sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista para defender os interesses proletários, protagonizando o setor mais combativo do sindicalismo do referido período. [...] Muitos imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil trouxeram uma consciência de classe desenvolvida em seus países de origem. Outros imigrantes desenvolveram-na aqui. Nem todos eram anarquistas, embora muitos fossem. Ao chegar ao Brasil, nas décadas finais do século XIX, muitos anarquistas tentaram se organizar para combater a exploração capitalista, participando das organizações sindicais que já existiam e criando outras organizações operárias (Santos, 2019, p. 15 e 16).

As organizações operárias que se formaram em várias regiões do país tinham como enfoque principal auxiliar os integrantes na conquista de seus direitos; conscientizar os trabalhadores acerca de sua condição para desenvolver uma identidade coletiva. Essa busca por conscientização está presente, de forma educativa, aos trabalhadores em cada um dos jornais selecionados para análise neste artigo.

O município de Bagé é uma das principais cidades de referência, não só na história do movimento operário do começo do século XX, mas também por sua produção de impressos que difundiam ideias anarquistas quando se pesquisa sobre o tema em nível estadual e nacional. Bagé é uma cidade localizada na região próxima à fronteira com o Uruguai e com outras cidades que tiveram um grande movimento de lideranças operárias, como Pelotas e Rio Grande.

A análise dos impressos operários que difundiam ideias relacionadas ao anarquismo, enquanto ação política de conscientização dos trabalhadores, se dá pelo interesse de verificar as características discursivas dessas folhas. Impressos que não eram comerciais, pois em sua maioria não contavam com anúncios como os jornais contemporâneos do recorte histórico (as primeiras décadas do século XX), o *Correio do Sul* e *O Dever*. Presume-se que o interesse principal de cada folha, além de divulgar as ideias anarquistas, era também o de “educar” os trabalhadores acerca dos direitos que tinham enquanto assalariados. Sob essa perspectiva,

pode-se citar Bartz (2014, p. 28) que defende o uso dos jornais operários como fonte de pesquisa de pesquisa, uma vez que permitem investigar a modificação dos posicionamentos dos militantes ao longo dos anos.

[...] o jornal servia como elemento agregador, por isso é tão representativo das elaborações teóricas deste período. No jornal operário as lideranças se faziam ouvir, através de uma voz que, muitas vezes não alcançava diretamente na rua, mas poderia passar de boca a boca, levada por aqueles que estavam pisando no chão da fábrica, nos botecos ou nas vielas dos bairros operários (Bartz, 2014, p. 28).

O recorte histórico para a pesquisa se dá pelo interesse de investigar as folhas operárias produzidas em Bagé após o período da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), marcos temporais que promoveram profundas mudanças não só sociais, mas também políticas e econômicas na sociedade brasileira. A década de 40 encerra o recorte de análise por ser o período político em que o Estado Novo, como aponta Fortes (2007, p. 70), intensificou a repressão às representações operárias, como os sindicatos.

A metodologia empregada para análise desses veículos impressos é de cunho qualitativo e descritivo. Não será um dos objetivos do artigo a interpretação aprofundada dos textos, utilizando a metodologia de análise de discurso. Por limitações de espaço do artigo, pretende-se abordar a forma como cada folha apresentava a figura do operariado, os direitos dos trabalhadores que deveriam ser respeitados, além de verificar como esses informativos observavam o contexto político e social em cada uma das primeiras quatro décadas do século passado. Outro objetivo deste artigo é verificar se há ou não a presença de conteúdo informativo relacionado às ações educacionais para o público-alvo, no caso os trabalhadores de Bagé, para a formação de uma consciência social e política por parte desses leitores.

A escolha de abordagem metodológica se dá pela situação problemática de verificação dos impressos anarquistas que foram preservados. Muitos desses jornais tiveram breve circulação, contando apenas com poucos números. Penna (2007)¹ destaca que a duração das folhas operárias era de grande efemeridade, tanto por motivos econômicos quanto pela repressão advinda de setores conservadores da sociedade, tais como a Igreja Católica, bem como dos próprios governos após a proclamação da República.

¹ Não há citação de página, pois a fonte consultada é digital. O artigo completo “Viagem pelo movimento operário dos séculos 19 e 20” está disponível no site <https://www.observatoriadaimprensa.com.br/armazen-literario/viagem-pelo-movimento-operario-dos-seculos-19-e-20/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Esta pesquisa se justifica por sua observação à história do movimento operário, bem como ao posicionamento anarquista desses periódicos no Brasil, tendo como análise central como esses impressos de Bagé trabalhavam pela conscientização dos trabalhadores no começo do século XX.

Bagé: contexto histórico quando da produção das folhas operárias

A cidade de Bagé está localizada na região da Campanha gaúcha e seu território faz fronteira com o Uruguai. O município apresenta um perfil econômico e cultural historicamente vinculado à agropecuária, assim como outras do interior gaúcho. Por ser uma cidade de fronteira, também há forte presença de militares, com cinco guarnições do Exército em seu território. Soares (2006, p. 54) aponta esse perfil agropecuário, com ênfase inicial na produção de charque, como base primordial de sua economia. “[...] O surgimento de Bagé está associado à origem dos núcleos urbanos da área fronteiriça, ou seja, voltados para a defesa militar do território (Forte de Santa Tecla) e para a indústria agropastoril (sesmarias, estâncias e charqueadas)” (Soares, 2006, p. 54).

Em termos de formação da classe operária, deve-se ressaltar que Bagé estava na mesma condição que outras cidades em que o movimento operário começou a ganhar força ao final do século XIX, como aponta Solimeno (2023, p. 30). As sociedades de socorro mútuo foram as primeiras a aglutinar trabalhadores em uma entidade com o propósito de auxiliar demais operários num momento em que não havia políticas públicas para a categoria. Ainda segundo Solimeno (2023, p. 31), nessas sociedades já ocorriam disputas pela formação identitária da classe operária, sendo que o advento da República, e o próprio avanço industrial no Rio Grande do Sul, resultou na reivindicação de direitos sociais aos trabalhadores.

Oliveira (2003, p. 79) destaca que muitas pesquisas apontam que o movimento operário, em seu desenvolvimento, estava baseado em organizações de caráter de socorro mútuo aos trabalhadores. Essas organizações buscavam atuar por meio de espaços como associações de livre pensamento e pela difusão de suas ideias, por meio de uma imprensa segmentada. Loner (1999, p. 168) salienta que uma das formas que as organizações operárias criaram para difundir reivindicações, mas também o seu posicionamento político e social, foram os jornais. A autora descreve que a imprensa tinha como objetivo aglutinar os integrantes e propagar a ideologia, mas também enfatizar suas reivindicações. (Loner, 1999, p. 168).

Diante desse cenário, a circulação dessas ideias ganhou força em cidades como Bagé para o movimento operário e anarquista no Rio Grande do Sul, a tal ponto, como atesta Loner (2011): “[...] com Bagé recebendo a sede da *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS), em 1927, devido à consistência de sua nucleação” (Loner, 2011, p. 185).

Bagé, a exemplo de cidades do interior gaúcho, como Pelotas e Rio Grande, passou por um reordenamento na questão das ações de trabalho. Nesse contexto, conforme Pesavento (1998, p. 35) há a perda de autonomia do operário. A função dele é atender o que de imediato exige a fábrica, sendo o mesmo um mero instrumento para que seja mantido, acima de tudo, o capital. Assim como outros espaços de ação humana, uma charqueada, uma fábrica se assemelhava a uma prisão: indivíduos unidos por sustentáculos de um poder disciplinador em detrimento do caráter social.

Sob essa realidade, o Rio Grande do Sul passou a ser um território marcado por esse processo de confluência de ideias advindas de trabalhadores imigrantes de países, como a Espanha e a Itália, em que as ideias libertárias de movimentos socialista e o anarquista ganhavam adeptos. No Estado, com domínio do Partido Republicano, o novo modelo econômico era incentivado. Fábricas se disseminaram com o objetivo de trazer um suposto progresso social, mas como salienta Pesavento (1998, p. 38), o Estado brasileiro e gaúcho não se importava com as reais condições de trabalho para os operários, já que priorizavam a ideia de “progresso” pela expansão da via industrial. Ou seja, potencializava-se o capital privado dos donos das empresas às custas da exploração de cada trabalhador, mudando apenas a forma de acúmulo de renda, do charque para os produtos industrializados.

Nessa perspectiva, Bagé não apresentou um processo tão expressivo de industrialização como o de outras regiões do estado, como o da Serra Gaúcha, que manteve a exploração de trabalhadores em modelos similares como o que já ocorria no período de glória do charque. São essas condições de precariedade que serão detalhadas e questionadas no conteúdo dos folhetins operários que surgirão em Bagé nas primeiras décadas do século XX. Além de serem impressos de denúncia, esses jornais também servirão como instrumento de conscientização e de educação para os trabalhadores locais.

A imprensa operária e anarquista

Como outros países sul-americanos que receberam imigrantes italianos e espanhóis, o Brasil, no começo do século XX, viu ideias divulgadas por correntes como o socialismo e o

anarquismo ganharem espaço na sociedade. Uma das formas de divulgação dessas ideias era a partir da produção de folhas impressas. Esses jornais tinham como característica uma circulação restrita, poucas páginas e uma duração ínfima, diferente da imprensa comercial que passava por uma remodelação após o começo do declínio das folhas partidárias. Corrêa (2016, p. 202) destaca que as folhas tinham esse papel de aglutinar forças e desenvolver uma classe de trabalhadores conscientes, desenvolvendo, dessa forma, o próprio movimento operário.

Esse posicionamento de ter como uma das principais ações ideológicas produzir um jornal para defender os trabalhadores vinculados a determinada organização operária era primordial, como aponta Jardim (1996, p. 30).

Em cada organização operária que se fundava, uma das primeiras providências era a publicação de um jornal, além disso grupos isolados, embora não ligados a uma categoria profissional específica, mas que se propunham a falar em nome dos trabalhadores, também publicavam os seus periódicos. Estes jornais começam a aparecer de forma esparsa antes da proclamação da República!, geralmente de tendência socialista, mas na última década do século passado surgem também os de tendência libertária, que vão, de forma gradativa, se tornar dominantes, formando estes jornais espalhados por várias cidades do Brasil uma ampla rede de comunicação visando a orientação e organização dos trabalhadores (Jardim, 1996, p. 30).

Essa proliferação de jornais que difundiam ideias anarquistas e socialistas tiveram grande expansão pelo Rio Grande do Sul. Jardim (1996, p. 39) contabiliza 91 títulos de jornais operários produzidos no estado entre os anos de 1892 e 1923. “[...] Embora muitos deles tivessem vida curta e irregularidade na circulação, quando vistos no seu conjunto ganham outra dimensão e importância. Expressam assim, a presença e articulação de novos interesses classistas no estado” (Jardim, 1996, p. 39).

As folhas traziam uma segmentação editorial própria, seja de uma linha exclusiva de defesa da pauta anarquista, na auto-organização dos trabalhadores, mas também flertavam com o pensamento socialista quando defendiam a derrubada do regime capitalista. O fato é que as correntes do anarquismo e do socialismo, no final do século XIX e começo do século XX, tinham divergências, mas contavam com posicionamentos similares na idealização de uma nova sociedade mundial.

Em verificação dos periódicos operários que foram selecionadas para esta análise, percebe-se, em sua maioria, pressupostos do que se difundiu como pensamento anarquista.

No entanto, como salienta Peixoto (2006, p. 17), o próprio movimento anarquista apresenta-se complexo em sua definição, pois, segundo o autor, trata-se de uma teoria social com uma visão naturalista da sociedade em que o indivíduo não precisaria de mediadores, como o Estado, para viver.

[...] Como se sabe, o anarquismo é uma teoria social, que atua como uma corrente ideológica operária, das que apresenta maiores dificuldades de definição precisa, em face de sua ampla diversidade no que se refere aos métodos de abordagem e ação, de modo que talvez fosse mais correto falar em anarquismos ou em campo do anarquismo, para dar conta dessa complexidade e diversidade, as quais lhe são inerentes (Peixoto, 2006, p. 17).

Portanto, sem entrar no mérito das diversas correntes dentro do movimento, pode-se verificar o quanto às ideias de autogerir-se e a negação de controle do Estado estão presentes nos textos dos jornais vinculados ao operariado, como será destacado nesta pesquisa. Peruzzo (1998, p. 98) evidencia que, pelo anarquismo, a abolição do estado era uma forma divergente ao próprio discurso socialista, mesmo que ambos dialogassem sobre a importância da formação da consciência de luta de classes por parte dos trabalhadores.

[...] assim, chegaram a denunciar o autoritarismo em Karl Marx, cujos desvios do marxismo levariam a um Estado socialista todo-poderoso, dirigido por uma minoria “esclarecida”, e profetizaram mesmo o fracasso do socialismo de Estado. Tanto Kropotkin como Bakunin, além de outros anarquistas, mostraram-se contrários à tomada do poder estatal (Peruzzo, 1998, p. 98).

Com base nesse contexto histórico, evidencia-se que a influência do pensamento social-democrata e anarquista começou a ganhar espaço no estado a partir do período final do século XIX. Corrêa (2016, p. 2) destaca que o período que vai dos anos de 1898 até 1906 é marcado por uma forte influência de ideias socialistas que tinham como base os postulados da social-democracia na Europa. No começo do século XX, surgem os partidos Socialista e Operário no Rio Grande do Sul e, após a greve de 21 dias, no ano de 1906, é fundada a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). A entidade começa desde o momento a ter maior influência do ideário anarquista em seu programa político para os trabalhadores, como atesta Corrêa (2016, p. 2). O autor (2016, p. 2) destaca também que os anarquistas disputam esse espaço de poder, tendo se organizado na *União Operária Internacional* fundada em 1902. Contudo, o contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as sucessivas greves

gaúchas de 1917, 1918 e 1919 são o principal momento de difusão de ideias anarquistas entre os trabalhadores gaúchos, tendo força a pauta de discussões políticas em relação aos trabalhadores até o final da década de 20. O autor salienta que na década de 20, o movimento operário passou a ser disputado por correntes políticas, como a dos comunistas, por meio da *Confederação Regional do Trabalho* e do *Bloco Operário Camponês*; já a dos trabalhistas pela *Liga dos Operários Republicanos*, além do *Sindicalismo Revolucionário* e o *Anarco-Sindicalismo*.

O Sindicalismo Revolucionário e o Anarco-sindicalismo foram correntes políticas do movimento operário. O Sindicalismo Revolucionário, segundo a historiografia, teve muita influência no Rio Grande do Sul a partir de 1912. O Sindicalismo Revolucionário não se coloca explicitamente vinculado ao anarquismo. Porém pode-se afirmar que o Sindicalismo Revolucionário é uma estratégia dos anarquistas. Havia anarquistas que defendiam o Sindicalismo Revolucionário e outros que defendiam o Anarco-sindicalismo. A diferença é que o Sindicalismo Revolucionário não exige a filiação a uma ideologia ou a um partido e o Anarco-sindicalismo defende que o sindicato é anarquista. (Corrêa, 2016, p. 2).

Bagé é uma das principais cidades no Rio Grande do Sul para o contexto operário, em especial o de posicionamento com diretrizes voltadas ao anarquismo nas primeiras três décadas do século XX. Corrêa (2016, p. 13) ressalta a importância da cidade ao destacar que, por exemplo, bageenses estiveram presentes em eventos importantes na trajetória histórica do movimento nacional, como o *III Congresso Operário Brasileiro* realizado de 24 a 29 de abril de 1920 no Rio de Janeiro. Nesse evento, a FORGS representou o estado com integrantes de Bagé, Pelotas e Porto Alegre. Em termos de representação à temática anarquista, Bagé esteve em evidência na realização da terceira edição do *Congresso Operário do Rio Grande do Sul* em setembro de 1925.

Na ocasião, as diretrizes anarco-sindicalistas ganham mais força na liderança do movimento em relação ao *Sindicalismo Revolucionário*, com uma das principais vozes a liderar essa mudança de foco sendo o anarquista bageense Reduzindo Colmenero, um dos críticos da “ditadura do proletariado” russa como bandeira para o movimento. Corrêa (2016, p. 14) detalha ainda que a cidade, pela sua relevância nessas discussões, passa a ser sede da FORGS no ano de 1928, quando os simpatizantes anarquistas transformam a entidade, de uma federação ainda operária – que acolhia e defendia princípios socialistas – em uma organização voltada ao anarquismo ou ao anarco-sindicalismo.

A importância de Bagé para o movimento operário, anarquista gaúcho e brasileiro pode ser evidenciado pela quantidade de impressos produzidos como instrumento de divulgação aos trabalhadores locais. Segundo Silva (2022, p. 6), do começo do século XX até a década de 40, quase 20 impressos foram produzidos na cidade com esse enfoque editorial.

Vale ressaltar que, nas primeiras quatro décadas do século passado, o impresso ainda era um dos principais instrumentos de comunicação e divulgação de ideias na sociedade, podendo servir como uma ferramenta de resistência e de preservação das doutrinas voltadas à conscientização do operariado bageense.

Análise de jornais operário e anarquistas de Bagé

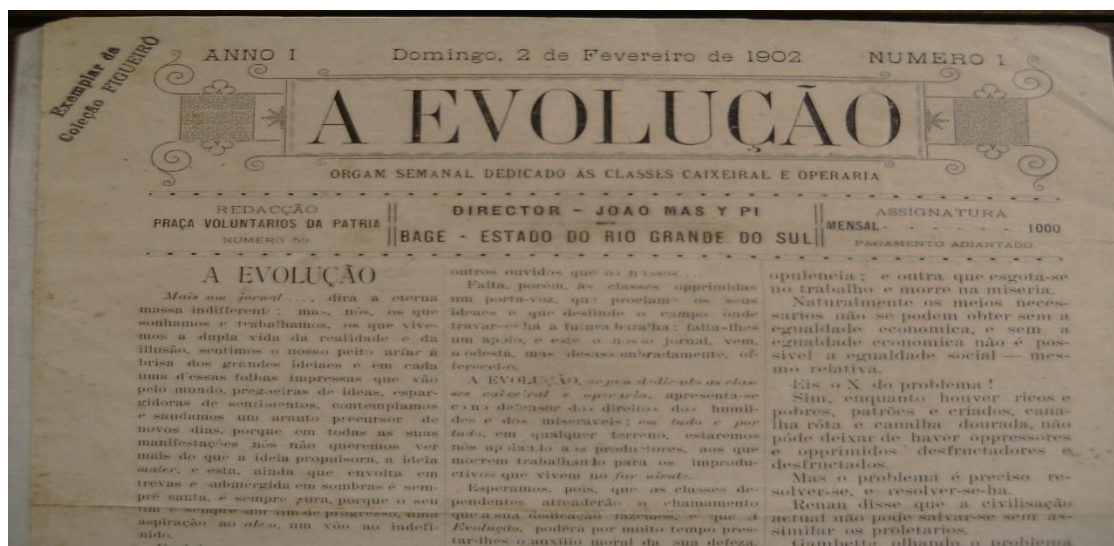
Para este artigo optou-se por uma análise de exemplares de periódicos distintos nas quatro décadas iniciais do século XX. A justificativa para essa escolha é de que o acesso a essas fontes primárias são os jornais que estão em posse do *Museu Dom Diogo de Souza*, instituição vinculada à *Universidade da Região da Campanha*, em Bagé, e que abriga acervo de impressos já produzidos no município. A partir das edições que foram encontradas no acervo da imprensa operária, datando o exemplar mais antigo, o jornal *A Evolução* de 1902 e o impresso *Eco Padeiral* de 1940, este sendo o impresso mais recente dos jornais armazenados no museu. A partir dessa escolha, optou-se por um impresso que data da primeira década do século passado; outro da década de 10; um exemplar dos anos 20 e, por fim, a edição mais recente dos impressos, a do *Eco Padeiral*.

Com a separação por década, definiu-se o objetivo de verificar como os impressos operários produzidos em Bagé abordavam temas relacionados à defesa dos direitos dos trabalhadores ao longo do recorte temporal de cada década, além de investigar o quanto as folhas estudadas buscavam produzir uma conscientização aos leitores. Entre os anos de 1889 e 1940, foi possível identificar ao menos cinco publicações de caráter classista, e muitas outras que contaram com a participação de militantes e integrantes das associações operárias locais.

Como a cidade era um verdadeiro polo de produção discursiva com seus impressos operários, mais pesquisas poderão ser desenvolvidas ao longo do tempo, avançando em análises editoriais que examinem a produção discursiva relacionada, especificamente, ao movimento anarquista, bem como seu papel na formação dos trabalhadores e como instrumento ideológico na luta contra segmentos de forte presença econômica, política e

cultural da cidade de Bagé, tais como o agropecuário, forças militares e religiosas. Dessa forma, serão analisados os impressos *A Evolução*; *O Trabalho*; *Emancipação* e *Eco Padeiral*.

Figura 1. Jornal *A Evolução* (1902)



Fonte: Arquivo Museu Dom Diogo de Souza

O primeiro veículo, cuja edição este pesquisador teve acesso para análise, é a edição de número 1 e foi publicada na alvorada do século XX: 2 de fevereiro de 1902. Dos jornais mantidos pelo museu, essa edição é a mais antiga voltada para a assistência das classes Caixeiral e Operária. Não se teve acesso a mais edições deste impresso, o que dificulta periodizar a sua duração. Presume-se que, assim como a maioria das folhas do movimento operário, principalmente, em cidades do interior, não houve um grande período de circulação, visto as dificuldades econômicas que estes jornais enfrentavam, pois não havia espaço para comercialização de anúncios, assim como a perseguição de setores conservadores que tais folhas tinham que lidar.

A Evolução era um impresso de quatro páginas, tendo como diretor João Mas Y Pi, sendo um jornal voltado para a defesa das classes Caixeirais e Operárias. Já na abertura dessa edição, o editor destacava que a bandeira do impresso seria pelos interesses do operariado bageense, tendo a escolha do nome da folha ter sido motivada para que os trabalhadores buscassem a evolução constante para enfrentar o “adormecimento” existente nas classes trabalhadoras brasileira e gaúcha daquele contexto.

Conforme o editorial, o fortalecimento das classes operária e caixeiral seria fundamental para a própria evolução da sociedade brasileira. Portanto, para as classes oprimidas ainda faltava um difusor de ideais que levariam a essa consciência. Assim, o jornal teria essa incumbência, questão representada no trecho do editorial:

[...] Evolução se põem dedicado às classes caixeiral e operária, apresenta-se como defensor dos humildes e miseráveis: em tudo e por tudo, em qualquer terreno, estaremos nós apoiando aos produtores, aos que morrem trabalhando para os improdutivos que vive no *far niente*. Esperamos, pois, que as classes dependentes atenderão o chamamento que a sua dedicação fazemos, e que a Evolução, poderá por muito tempo prestar-lhes o auxílio moral de sua defesa (Pi, 1902, p. 1).

O posicionamento a favor da doutrina anarquista, vista como evolução para a sociedade bageense, e mundial, pode ser verificada em texto produzido por João Ezequiel, um colaborador em artigos de opinião do jornal. No texto, Ezequiel ressalta que o novo modelo de sociedade do trabalho não deverá mais ter chefes, nem patrões, apenas mestres, técnicos e companheiros. “[...] Estamos, porém, convencidos que não se pode realizar essa transformação radical a não ser pelos meios necessários, pela evolução, enfim, pela completa compreensão de todos os direitos naturais” (Ezequiel, 1902, p. 1). A autonomia do indivíduo, no que se refere aos direitos de sua vida e de sua liberdade, é uma das bases do pensamento anarquista. Autonomia que tem como foco uma evolução individual, o que auxiliaria, coletivamente, a libertação do operário de sua situação de exploração e de alienação. Para isso, o texto de Ezequiel reforçava que só se mudaria a sociedade com os trabalhadores ocupando novos espaços nela e, para isso, era preciso ter acesso à educação, às artes e à cultura. Com isso, poderiam assumir a produção própria dos bens e serem “livres”.

Para fundamentar a necessidade de que os trabalhadores tivessem que, primeiramente, se unir em prol da ocupação de espaços na sociedade, o jornal conclamava os operários para aderirem a causa caixeiral, na qual poderiam ter acesso a conhecimentos que os fariam iniciar sua caminhada em prol de uma condição libertária na sociedade. Além disso, o impresso também reiterava a necessidade de que os trabalhadores bageenses precisavam, primeiramente, buscar a união para que, após essa ação, fosse possível a conscientização coletiva almejando mudar a realidade vivida por eles naquele período.

Com esse foco, publicando poemas em suas páginas que traziam a reflexão sobre o seu papel como trabalhador naquele contexto histórico, o jornal *A Evolução* difundia a necessidade da educação libertária proporcionar esse novo perfil para o operário.

No comparativo com outros jornais posteriores a serem publicados em Bagé, *A Evolução* é importante por demonstrar um marco na produção discursiva de uma folha, sem ambições comerciais, pois não havia publicação de anúncios, ser uma voz representativa dos operários e do Clube Caixeiral local, tendo uma postura de difusor de ideias libertárias como as propostas pela doutrina anarquista. Certamente, impressos como o *A Evolução* possibilitariam que mais folhas passassem a ser produzidas na cidade com enfoque na divulgação dessas ideias, mas também para conclamar a união e a resistência dos trabalhadores locais.

Ressalta-se que as primeiras entidades de associação de trabalhadores em Bagé estavam relacionadas às próprias alterações econômicas que surgiram com o fomento da indústria de saladeril para a região, conforme atesta Jobim (2021, p. 476). Esse contexto possibilitou o surgimento de grupos de trabalhadores que, necessariamente, formalizaram-se em grupos como as associações caixeirais e operárias mutualistas. O autor destaca que a primeira entidade em Bagé foi a Sociedade Protetora dos Artistas, fundada em 1883. A segunda a ser criada no município foi a *União Operária de Socorro Mútuo e Beneficente*, em 1898. Por mais que seu posicionamento fosse vinculado aos trabalhadores, a entidade era mantida pelo patronato, como frisa Jobim (2021, p. 478).

Já no ano de 1913 foi fundada a Sociedade Beneficente Liga Operária de Bagé, nos mesmos moldes assistenciais. Entretanto, surge a seguinte dúvida: por que foi criada uma segunda associação assumidamente “operária” na cidade, se a própria União Operária já se colocava como representante dos setores vinculados ao trabalho? Uma possível resposta foi dada por Lebindo Vieira, articulista do jornal nacional *A Voz do Trabalhador*, em um artigo que publicou sobre a situação operária em Bagé. Ele relata que, desde sua fundação, em 1898, a União Operária vinha sendo controlada por um bloco de patrões. Porém, finalmente, em maio de 1913, um grupo de operários, conseguiu assumir a direção da entidade, fazendo com que esse bloco incomodado com a derrota, se desligasse da entidade para criar uma nova associação em novembro de 1913: a Liga Operária (Jobim, 2021, p. 478).

Essa mudança na gestão da entidade, sendo assumida por representantes do operariado, apresenta o espectro da disputa política e ideológica que se instalou nos primeiros anos do século passado.

Figura 2. Jornal *O Trabalho* (1913)



Fonte: Arquivo Museu Dom Diogo de Souza

O segundo impresso que será analisado neste artigo é a folha *O Trabalho*, criada no ano de 1913. A edição que está guardada no Museu Dom Diogo de Souza é a de número 24, de 30 de novembro daquele ano. O impresso tinha como diretor F. Rodrigues; redator Nicolau Tolentino Marques – militante do movimento negro –, com colaboradores diversos. Assim como *A Evolução*, tratava-se de um impresso de quatro páginas que tinha em seu expediente a definição de um órgão dos interesses do operariado “Acolhendo, em suas colunas, todas as ideias libertárias e modernas” (Marques, 1913, capa). No entanto, o jornal tinha um enfoque comercial para a manutenção de sua continuidade, com a venda de assinaturas. Pressupõe-se que essa estratégia possibilitou que a folha tivesse uma periodização maior, chegando a números como o de 24.

Além disso, diferente do jornal *A Evolução*, *O Trabalho* tinha uma linha editorial bem definida: o de defesa do trabalhador, ligando-se a entidades como a União Operária e, em especial, posicionando-se contrário às diretrizes tomadas pela nascente *Liga Operária* que passaria a defender os interesses patronais. Isso fica evidente na coluna *Notas Avulsas* em que o impresso destaca a criação dessa entidade sob forte ironia dos reais interesses da Liga Operária:

E, estes senhores, o fim desta reunião, fundar a Liga Operária, para que em Bagé, nós tenhamos sempre bom leite, apesar das ilações sarcológicas dos reformadores modernos. Não é só isso senhores, a nossa sociedade que surge neste momento, por entre brisas magnéticas e hidrotécnicas do climatério operístico, tem outro fim hipotético: é combater o operariado independente (Marques, 1913, p. 1).

Esse posicionamento combativo demonstrava o perfil da folha: o de legitimar uma luta pelos direitos do operariado bageense, enfrentando setores como o patronal e demais núcleos conservadores da cidade de Bagé. Nesse ínterim, o impresso também repercutia ideias postuladas pelo movimento anarquista, como uma ideologia que legitimava a necessidade de maior conscientização dos trabalhadores bageenses, para atenderem o que era demandado no contexto histórico de profundas agitações operárias pelo mundo. O texto reforçava:

Nesta época de verdadeira agitação, em que movimentam-se as massas oprimidas, com um vigoroso desenvolvimento reivindicador, demonstraríamos um estado mísero de apatia se não procurássemos os meios de tirar os nossos companheiros desse torpor que comete o mais sórdido atentado à sua dignidade de homem. Somos livres, temos liberdade de pensar, portanto, não devemos negar-nos em ir para a frente de um movimento salutar como o que se nota nos centros cultos (Marques, 1913, p. 1).

O trecho ressalta o quanto os veículos anarquistas e operários trabalhavam com a ideia de, antes de tudo, conscientizar os trabalhadores bageenses sobre o seu atual estágio de opressão e alienação naquele contexto. A partir disso, era fundamental que houvesse a união dessa mão de obra trabalhadora às entidades de classe, espaços nos quais se discutiram ideias libertárias, a fim de educar esses indivíduos para terem um novo posicionamento em relação à sociedade.

Assim, o jornal *O Trabalho* publicava abaixo do expediente a lista de entidades classistas e operárias para que os trabalhadores iniciassem esse processo educativo e formativo. Eram elas: a *União Operária*, *Sociedade Protetora dos Artistas*, *Sociedade Musical União dos Artistas*, *Sociedade Familiar de Beneficência* e *Sociedade Italiana XX de Setembro Patria e Lavoro*. Tais entidades eram identificadas pelas diretorias compostas em 1913 e o respectivo endereço em Bagé. Fica evidente, desse modo, a tendência de aglutinar associações operárias como as voltadas para artistas e intelectuais, o que destaca a intenção

do impresso de reforçar o caráter revolucionário de suas ideias libertárias a partir da conscientização dos trabalhadores pela informação, educação e cultura.

O texto ainda reiterava que era vital que os trabalhadores ficassem unidos em prol da luta pela mudança na sociedade que ocorreria a partir deles, não recuando frente às dificuldades que eram enfrentadas, inclusive no próprio meio operariado.

À frente de todo esse movimento, não deixaremos de demonstrar a esses infelizes, que ouvem os conselhos dos patrões e chefes como leis, o papel degradante que representam. Não pouparemos esforços para levá-los ao caminho da dignidade e do direito, devendo sempre lutar livremente pelo seu bem-estar, pelo bem de sua causa e ter a força precisa para passar por cima de qualquer obstáculo, de qualquer natureza que for. Levantemo-nos, pois, companheiros em favor dos companheiros ultrajados, como livres que somos, para satisfazermos necessidades e demonstrarmos essa organização digna de nossos dias (Marques, 1913, p. 1).

Com esse enfoque, o impresso defendia a necessidade do trabalhador em se associar a entidades de classe operária, pois somente assim teria força para resistir à opressão realizada pelo patronato e pela sociedade conservadora da época. No texto *O prestígio do padre*, do pensador anarco-comunista Piotr Kropotkin, o jornal apresentava, a partir da escrita do teórico russo uma perspectiva histórica da dominação pela religião nas sociedades ao longo dos séculos. Ele referia-se à utilização do medo em relação às figuras de bruxas, como forma de dominação que ocorreria até aquele período.

[...] todas as igrejas cristãs, fiéis ao mesmo princípio, rivalizavam entre si na invenção de nossos sofrimentos ou novos terrores, a fim de corrigir os homens atolados no “vício”. Ainda hoje, novecentas e noventa e nove pessoas em mil acreditam que os acidentes naturais, secas, terremotos e epidemias, são mandados de cima, por uma divindade qualquer, para reconduzir a humanidade pecadora ao verdadeiro caminho (Kropotkin, 1913, p. 1).

Dessa forma, é perceptível que, em 1913, impressos como *O Trabalho* já denotavam a sua postura frente a sociedade gaúcha no começo do século XX. O impresso tinha como base, ser um veículo para difusão de ideias de uma associação voltada ao operariado; buscando a união entre trabalhadores, artistas e intelectuais, para a mudança do panorama daquele momento histórico. Destaca-se também em seus textos uma produção discursiva especificamente anarquista.

Além disso, ele mantinha postura contra instrumentos de poder da sociedade mundial, como a Igreja. Tal ideia aparece em outro artigo publicado no jornal sob o título *Cavando*, em que um colaborador não identificado ironiza o fato de não ter sido bem recepcionado numa missa por estar com roupas mofadas e desalinhadas, recebendo uma “compostura do padre”.

Nesse contexto, além da crítica teórica feita com base em textos produzidos por nomes como Piotr Kropotkin, o jornal *O Trabalho* também usava do fino humor para enaltecer uma argumentação contrária ao sistema clerical. “[...] Vá...Vá... vá seu padre! Mais devagar com o andor, olhe que isso aqui não é missa de pouco dinheiro” (Kropotkin, 1913, p. 1). Ou seja, o impresso direcionava sua crítica a setores religiosos, denotando o seu posicionamento anti-clerical, como o de muitas folhas que divulgavam as ideias do movimento anarquista.

Figura 3. Jornal *Emancipação* (1929)



Fonte: Arquivo Museu Dom Diogo de Souza

O terceiro impresso a ser analisado é o jornal *Emancipação*. Destaca-se que a opção para análise neste artigo consiste, primeiramente, em investigar uma folha que não tinha vínculo oficial a uma determinada entidade de trabalhadores, mas, sim, ao *Grupo Cultural dos Livres Pensadores*. Essa definição pressupõe que o impresso permitia uma abertura de ideias em seus textos. No entanto, eram fundamentalmente voltadas ao anarquismo, pois um dos seus dirigentes era o reconhecido ativista anarquista Venâncio Pastorini Sobrinho.

[...] militante anarquista, jornalista operário, escritor e polemista, cujo nome se afirmou entre os maiores difusores dos princípios libertários no Rio Grande do Sul. Pastorini nascera em Rio Grande, mas sua militância desenvolvera-se principalmente em Bagé [...] foi um dos dirigentes da União Geral dos Trabalhadores e redator de jornais como *A Dor Humana*, em 1919 e *Emancipação*, já nos anos 20 (Viana, 2014, p. 164).

Nessa perspectiva, a análise da edição do *Emancipação* justifica-se por ser um dos impressos mantidos pelo *Museu Dom Diogo de Souza*. Supõe-se que o impresso foi criado ainda no ano de 1928, visto que a edição de número 4 é de 30 de janeiro de 1929, e tais impressos não tinham tiragem diária pelos custos que haveria e por não ser um produto com anúncios ou assinaturas a serem comercializadas. Era um jornal quinzenal com distribuição gratuita e contava com contribuições voluntárias.

No contexto em que foi produzida, a folha *Emancipação* aponta o momento em que o movimento operário e anarquista gaúcho já tinha obtido espaço na sociedade. Como já destacado anteriormente, houve greves como a de 1911, 1913 e a greve geral de 1917, o que possibilita a compreensão de que muitas das pautas levantadas nessas mobilizações tenha sido discutida na sociedade gaúcha da época. Por já contar com um contexto de lutas dos trabalhadores, o jornal *Emancipação* comprova uma base sólida das ideias anarquistas divulgadas em 20 anos de posicionamento. O que fica destacado na edição em análise é que o movimento era combatido pelas lideranças políticas daquela época, utilizando jornais comerciais. Um exemplo está no artigo *Echos do comício*. Nele, o *Emancipação* enfatiza a defesa de suas ideias, após o jornal do Partido Republicano de Borges de Medeiros, em Bagé, *O Dever*, criticar a manifestação pública de anarquistas bageenses realizada em 15 de janeiro de 1929. O texto aponta que o artigo do jornal *O Dever* chamava os anarquistas bageenses do *Emancipação* de “continuadores de Lênin”. O que o jornal rebatia: “Seja mais correto, não nos ofenda. Estude o assunto com mais atenção. Lenine era bolchevista e nós somos comunistas anarquistas, os únicos combatentes de todas as ditaduras” (Santos, 1929, p. 1).

No período de circulação do jornal *Emancipação*, os dois principais jornais de Bagé eram *O Dever*, voltado à defesa dos interesses do Partido Republicano Riograndense e fundado no final do século XIX; e o *Correio do Sul*, criado em 1914, que tinha como linha editorial ser oposicionista a Borges de Medeiros, difundindo as ideias do Partido Liberal, o qual tinha forte apoio da elite pecuarista da região da Campanha (Queirós, 2012, p. 92). Nesse contexto, o que a imprensa comercial tinha em comum era um posicionamento contrário a

folhas segmentadas que representavam os interesses do operariado, principalmente, as que divulgavam ideias revolucionárias, como as baseadas no socialismo e o anarquismo, para refutar as causas do operariado local.

Sob esse prisma, é interessante contextualizar essa dualidade política em que vivia o estado naquele período: de um lado, o Partido Republicano Riograndense, de base ideológica dos preceitos de Auguste Comte; do outro, o Partido Liberal, como atesta (Queirós, 2012, p. 92). Ou seja, a imprensa comercial de Bagé estava sob controle de dois jornais “partidários”. Assim, quando se observa o ataque do jornal *O Dever* aos operários bageenses, deve-se refletir acerca do que menciona (Queirós, 2012, p. 97) em relação à visão positivista aos trabalhadores: “[...] Comte defendia que os operários deveriam ser preparados para ‘respeitarem e mesmo reforçarem as leis naturais da concentração de poder e riqueza’. Tais leis, que consistem na ‘indispensável concentração de riquezas entre os chefes industriais’” (Queirós, 2012, p. 97). Percebe-se que a imprensa comercial, vinculada às ideologias políticas dominantes, também funcionava como instrumento repressor ao operariado bageense, atacando-o perante a opinião pública.

Além disso, o impresso enfatizava, na sequência do texto, qual era a sua postura em relação à sociedade bageense, e mundial, em especial ao operariado local. Também reforçava o quanto a perseguição política ocorria aos simpatizantes da doutrina, criticando que outro impresso comercial, *O Diário da Tarde* também estava atacando os membros anarquistas do *Grupo de Livres Pensadores*:

[...] Nós defendemos a moral, as mulheres, os trabalhadores e todos os trapilhos. E os senhores ferem, espancam e matam, considerando isso como liberdade e justiça? Cientificamos ao povo que o nosso jornal “Emancipação” poderá desaparecer pela intervenção policial, pois contamos com enorme quantidade de eleitores, mas o jornal *O Diário da Tarde* poderá desaparecer por falta de leitores que o comprem. (Santos, 1929, capa).

No artigo, ainda é apontado que os anarquistas bageenses Cecílio dos Santos, Venâncio Pastorini e Lamot, quando expuseram informações sobre a doutrina ao público local, teriam sido injuriados pelo diretor do *Diário da Tarde*, o advogado Ulisses Machado.

[...] mas nós afirmamos que não travaremos polêmica pessoal, em seu artigo, disso que não nos considera dignos de controvérsia verbal, mas nós não facilitaremos o

meio de venda de jornais mercenários, apenas expomos as doutrinas anarquista e deixamos ao livre exame das pessoas de sentimento humano (Santos, 1929, capa).

É perceptível, na produção discursiva do jornal *Emancipação*, que o impresso, além de assumir seu posicionamento como um veículo de produção anarquista, operava em defender sua ideologia, frente aos ataques políticos de outros impressos. Esses diários eram mantidos sob a égide do capital; em âmbito local estava relacionado às forças agropecuárias. Também sofriam pressões feitas por partidos políticos, como o Republicano, de Borges de Medeiros.

O jornal *Emancipação* também contava com a divulgação de poemas e críticas literárias, como forma de incentivar os trabalhadores a conhecerem autores que tinham enfoque na produção literária voltada à defesa do trabalhador. Percebe-se, ao estudar o *Emancipação*, seu caráter de folha informativa. Na edição em que este estudo se baseou, o referido jornal publicava um texto do colaborador A.S. Campos, o qual contestava a visita do então recém-eleito presidente norte-americano Herbert Hoover na América do Sul. Entre os países visitados pelo chefe de Estado estava o Brasil. No texto de A.S. Campos, a crítica é sobre os interesses do presidente dos Estados Unidos ao visitar países que, pela ótica do autor, eram explorados pela nação estrangeira. A. S. Campos critica:

E aqui no Brasil, Hoover não teria desejos de visita à Clevelândia para examinar as ossadas dos deportados pelo dr. Arthur Bernardes, que morreram à sede e à fome naquela zona periférica? Teria visitado a Clevelândia? Hoover veio à América do Sul conhecer os seus capitães e as suas fraquezas e explorar o que há de mais conveniente para os exploradores de Wall Street (Campos, 1929, p. 1).

No trecho destacado, percebe-se, além do caráter informativo sobre a visita do presidente norte-americano, a crítica à estadia de Hoover no Brasil, denunciando a perseguição política do presidente Arthur Bernardes (1922-1926). O chefe do Executivo federal deportou centenas de trabalhadores para campos de concentração, como o de Clevelândia, no interior do Amapá. Os presos ficaram sob condições desumanas, sofrendo torturas diversas e mortes de centenas de pessoas, entre os quais lideranças operárias e anarquistas nesse campo de concentração.

Dessa forma, o que se atesta no conteúdo apresentado na coluna de A.S. Campos, bem como na maioria do material divulgado no jornal *Emancipação*, é que há um documento no

qual registra-se a perseguição, a opressão e o combate a grupos que traziam ideias libertárias ao Brasil, como as do movimento anarquista.

Ao comparar esse exemplar com os outros dois analisados identifica-se que, além de demonstrar a consolidação de um posicionamento anarquista para os operários bageenses, ele também ressaltava o quanto esse movimento estava sendo combatido em todo o território nacional, inclusive com perseguição política pela imprensa bageense.

Jornal “Eco Padeiral” (1940)

O último jornal a ser analisado é o *Eco Padeiral*, um dos últimos exemplares voltados ao operariado em sua linha editorial, tendo como formato o mesmo padrão das folhas operárias e anarquistas que circulavam desde o começo do século XX em Bagé. A edição em análise também está armazenada no *Museu Dom Diogo de Souza*. Assim como os demais verificados neste estudo, trata-se de uma folha com pequena circulação e periodização pequena, devido aos problemas, como a ínfima base econômica para sua produção e o enfrentamento às perseguições políticas.

O jornal demonstra um novo padrão em termos editoriais, desde a sua primeira edição publicada em maio de 1940, tornando-se um órgão de imprensa do Sindicato dos Padeiros e demais classes trabalhadoras. Ressalta-se que este pesquisador teve acesso apenas aos textos contidos na folha, sem a possibilidade de reproduzir em imagem a edição verificada. A partir da observação dos textos contidos nesse folhetim, pôde-se constatar que o texto inicial do informativo abordava sobre a prorrogação do mandato das diretorias dos sindicatos, como a dos padeiros de Bagé. Além desse conteúdo, o jornal também “alertava” sobre quais ações os trabalhadores não podiam tomar em sua rotina diária, já que poderiam acabar com uma entidade de classe, como a do Sindicato dos Padeiros.

Entre as recomendações estão ações como: “Nunca procure um diretor do sindicato no local onde ele trabalha, para tratar de assuntos da classe. Lembra-te que eles também são empregados e, no serviço, não podem dar a atenção necessária” (*Eco Padeiral*, 1940, Capa). A abordagem do jornal em ressaltar alguns aspectos da rotina para uma boa atuação do trabalhador, dentro de um contexto de ações já empregadas por sindicatos no Brasil, ocorre a partir da própria instituição da primeira legislação trabalhista empregada em 1934, no governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, além de ser um veículo de comunicação para os operários, o jornal *Eco Padeiral* já operava como um instrumento de normatização das formas

de conduta que o trabalhador deveria adotar nas relações institucionais entre operários, patrões e sindicatos.

Como veículo próprio de um sindicato, o *Eco Padeiral* ressalta na página 2 a necessidade de os trabalhadores buscarem a sindicalização para a defesa de seus interesses. “O que é necessário é que se acabe com esse comodismo injustificável, no qual permanece a maioria dos sócios do sindicato. Todos precisam trabalhar pelo bem da coletividade, na conformidade de suas forças” (Eco Padeiral, 1940, p. 2). O jornal também informava os trabalhadores sobre os direitos que tinham como a lei de férias, entre outros pontos que influenciavam o dia a dia dos trabalhadores.

No entanto, mesmo que tivesse esse caráter informativo e de conscientização para os trabalhadores do segmento panificador, o *Eco Padeiral* mantinha também uma influência das folhas operárias do passado. Isso fica comprovado na publicação de conteúdos literários em que autores utilizavam de crônicas ou de poemas como forma de “conscientizar” a classe operária sobre o papel dos trabalhadores na sociedade brasileira do período. Um exemplo está na crônica *Angelina*, do colaborador Santos Cavalheiro. O texto empregava uma verve poética para retratar uma mulher, a qual simbolizava a luta dos trabalhadores ao longo das décadas pela conquista de direitos, como é representado no trecho abaixo:

Tu que lutavas pelo teu pão de cada dia e, nesta luta, ostentava a tua coroa de virgem, fostes difamada, vilipendiada e insultada e, quando julgavas que aqueles que contigo conviviam, seriam os amigos sinceros eis que, deixam cair a máscara da hipocrisia (Cavalheiro, 1940, p. 4).

Outro exemplo, mesmo sem ser um impresso de propaganda anarquista, percebe-se uma influência crítica em relação ao sistema patronal, como o uso da ironia em seus textos, artifício que era muito empregado pelas folhas operárias nas décadas de 10 e de 20. Porém, o que representa a característica principal do jornal *Eco Padeiral* é de ser um veículo mais segmentado, voltado ao sindicalismo atuante dentro das linhas estabelecidas, e permitidas, no governo Getúlio Vargas. O que representava a continuidade de uma política repressora a quem utilizava a doutrina anarquista ou socialista, como forma de propor uma nova realidade para os trabalhadores brasileiros.

Assim, o que se vê é o encerramento do uso de folhas voltadas ao operariado, para conscientizar os trabalhadores sobre a sua identidade e importância para a sociedade

nacional. Com as leis trabalhistas estabelecidas pelo governo de Getúlio Vargas, a perseguição que ocorrera por anos contra os simpatizantes do anarquismo e a dificuldade de manutenção de impressos sem fins comerciais, os jornais operários e anarquistas em Bagé deixaram de ser produzidos. O *Eco Padeiral* demonstra a produção de um veículo discursivo voltado para a defesa específica do seu sindicato, mesmo que fosse um instrumento para divulgar informações pertinentes aos direitos dos profissionais do setor.

Considerações finais

A presente análise dos impressos anarquistas e operários, que circularam em Bagé no começo do século XX, ressalta o quanto esse período foi impactante em termos de divulgação de ideias revolucionárias, que tinham como proposta maior pensar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e em que os trabalhadores não seriam mais explorados por uma fatia dominante. Destaca-se que este pesquisador, em outras publicações, já analisara outros periódicos vinculados ao movimento operário com ideologia anarquista. Isso se reflete no texto produzido em parceria com o pesquisador Rafael Brignol, intitulado *A imprensa anarquista e sua relação com as minorias políticas na cidade de Bagé* (2011)².

Dessa forma, a investigação historiográfica acerca desses periódicos vinculados ao movimento é valiosa não apenas para saber sobre a trajetória de movimentos como o anarquista em regiões do Brasil, por exemplo no interior do Rio Grande do Sul. Pode-se, a partir da investigação acadêmica, ir além nas problemáticas de análise sobre o impacto da produção discursiva desses impressos para os trabalhadores em uma cidade pequena do Brasil que, sob um contexto determinante de zona de fronteira, recebeu muito da influência de ideias como o anarquismo.

Pesquisar o questionamento social dessas lideranças trabalhistas ao longo das décadas, permite visualizar elementos próprios da discussão elaborada por esses atores quando comparado com anarquistas em grandes centros do Brasil. O jornal operário de Bagé, mesmo que reproduzisse os teóricos clássicos que também estavam nas páginas anarquistas no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, tinha como elemento próprio as discussões

² O referido texto foi publicado na revista Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades, nº8, maio outubro de 2011. Neste artigo foram estudados textos dos jornais A Defesa e A Dor Humana, publicações anarquistas de Bagé do começo do século XX. O texto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossie/imprensa%20anarquista.PDF>.

ocasionadas na esfera pública do município – o que representa um olhar diferenciado perante a imprensa comercial da cidade. Tal olhar não estava impregnado dos interesses capitalistas ou partidários dos periódicos comerciais da cidade de Bagé.

Ou seja, o que foi pretendido neste artigo era, primeiramente, ressaltar a importância do pensamento anarquista para o operariado em Bagé, onde tal produção fez com que a cidade fosse reconhecida em inúmeras pesquisas acadêmicas sobre o operariado e o anarquismo no Brasil. Também é possível identificar que, em um segundo momento, ao fazer o recorte metodológico na escolha de um jornal por um período de 40 anos, pode-se compreender as limitações existentes em cada momento para os trabalhadores bageenses e o próprio movimento no Brasil.

Ao final, pode-se ressaltar que o campo de análise do anarquismo, como uma doutrina que pensou na luta pela conquista de direitos aos trabalhadores em Bagé, teve essa força pela continuidade na produção desses informativos.

Em conclusão, as limitações já expostas neste artigo, que ocorreram na história da primeira metade do século XX, fez com que essas ideias não ganhassem mais espaço dentro do movimento operário. O que não é demérito para a importância do que era produzido nessas folhas, afinal, elas tinham como propósito servir como espaços de resistência desses grupos anarquistas e possibilitar que, a partir delas, os trabalhadores fossem “educados” a buscar uma conscientização maior sobre a sua importância como atores de mudança na sociedade.

Fontes

Jornal **A Evolução**. 2 de fevereiro de 1902.

Jornal **O Trabalho**. 30 de novembro de 1913.

Jornal **Emancipação**. 30 de janeiro de 1929.

Jornal **Eco Padeiral**. Maio de 1940.

Referências bibliográficas

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América-Latina. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 383-418.

BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento Operário e Revolução Social no Brasil**: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (1917 – 1922). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107948/000946465.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de nov. 2025.

BRASIL. **Decreto de 25 de novembro de 1808**. Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html>. Acesso em: 10 de nov. 2025.

BRIGNOL, Rafael; E SILVA, Marcelo Pimenta. A imprensa anarquista e sua relação com as minorias políticas na cidade de Bagé. **Contemporâneos**: Revista de Artes e Humanidades, n. 8, maio/out 2011. Universidade Federal do ABC Paulista, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossie/imprensa%20anarquista.PDF>. Acesso em: 25 de fev. 2026.

CAMPOS, A. S. Herbert Hoover. **Jornal Emancipação**. Bagé, ano 1, n.4, 30 jan. 1929.

CAMPOS, Daniela. **A campanha operário padrão**: como se tornar um modelo de trabalhador (1970-1985). Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2495>. Acesso em: 28 de out. 2025.

CARDOSO, André. Jornalismo sindical e anarquismo: as origens do movimento operário no Brasil. **BETA Redação**. São Leopoldo, 22 jun. 2019. Disponível em: <https://medium.com/betaredacao/jornalismo-sindical-e-anarquismo-as-origens-do-movimento-oper-C3%A1rio-no-brasil-3dc65024adfb>. Acesso em: 26 de out. 2025.

CAVALHEIRO, Santos. Angelina. **Eco Padeiral**. Bagé, ano 1, n. 1, mai. 1940.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Sindicalismo revolucionário e Anarco-sindicalismo: um estudo dos congressos operários no Rio Grande do Sul (1898-1928). **Estudios Históricos**, Uruguay, año VIII, n. 17, dic. 2016. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/17/eh1712.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2025.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Livia Cristina dos Anjos. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista Geo Pantanal**, UFMS/AGB, Corumbá/MS. N. 27. 167-184. jul./dez. 2019.

ECO PADEIRAL, Jornal. **Editorial**. Bagé, ano 1, n. 1. mai.1940.

ECO PADEIRAL, Jornal. **Direitos do Trabalhador**. Bagé, ano 1, n. 1. mai. 1940.

ELIAS, Rodrigo. Braços para fazer um país. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 14-19, out. 2005.

EZEQUIEL, João. A Evolução. **A Evolução**. Bagé, ano 1, n. 1, 2 de jan. 1902.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora. v.13, n. 2, p. 61-86, 2007. Disponível em: <https://nephs.com.br/wp-content/uploads/2022/06/O-Estado-Novo-e-os-trabalhadores-A-construcao-de-um-corporativismo-latino-americano.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

JARDIM, Jorge Luiz. Imprensa operária: comunicação e organização. **Estudos Ibero-Americanos**. PUC-RS, v. 22, n. 2, p. 27-40, dez. 1996.

JOBIM, André Vinícius Mossate. Por uma história operária de Bagé (RS): Associações, imprensa e militância (1889-1930). In: ANDRADE, Gustavo; PADOIN, Maria Medianeira; ISMÉRIO, Clarisse (Org.). **História de Bagé: novos olhares** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000d3/0000d399.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

KROPOTKIN, Piotr. O prestígio do padre. **Jornal O Trabalho**. Bagé, ano I, n. 24, 30 de nov. 1913.

LONER, Ana Beatriz. **Classe operária mobilização e organização em Pelotas 1888-1937**. Dissertação de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

LONER, Ana Beatriz. O IV Congresso Operário Gaúcho e o ocaso do movimento Anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 176-203, dez. 2011. Disponível em: <http://amigosdalsoc.blogspot.com.br/2014/11/a-carta-de-amiens-um-marco-do.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

MARQUES, Nicolau Tolentino. Aos homens livres. **O Trabalho**. Bagé, ano 1, n. 24, 30 de nov. 1913.

MARQUES, Nicolau Tolentino. Notas Avulsas. **O Trabalho**. Bagé, ano I, n. 24, 30 de nov. 1913.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX**. Dissertação de mestrado em História. UFRGS, out. 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5524/000427464.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PEIXOTO, Artur Duarte. **Da organização à frente única**: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927–1930). Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14698/000667334.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

PENNA, Lincoln de Abreu. Viagem pelo movimento operário dos séculos 19 e 20. **Observatório da Imprensa**. Ed. 450. 11 set. 2007. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/viagem-pelo-movimento-operario-dos-seculos-19-e-20/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **O trabalhador e os pobres no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

PI, João Mas Y. Editorial A Evolução. **Jornal A Evolução**. Bagé, ano I, n. 1, 2 de fev. 1902.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, padrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917 - 1919). Porto Alegre: PPG em História UFRGS, 2012.

SANTOS, Cecílio. Echos de um comício. **Emancipação**. Bagé, ano 1, n. 4, 30 de jan. 1929.

SANTOS, Hamilton. Imigração e anarquismo no movimento operário durante a Primeira República. **Revista Estudos Libertários (REL)**, UFRJ, v. 1, n. 2, 2º sem. 2019.

SILVA, Marcelo Pimenta. O pioneirismo do jornal bageense “A Evolução” para a mobilização operária e anarquista no interior do RS. **Oficina do Historiador**. PUC-RS. v. 15, n. 1. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/41348/27427>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza**: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil-Uruguaí. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana apresentada na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9713>. Acesso em: 15 out. 2025.

SOLIMENO, Gabriel. **O movimento operário em Jaguarão/RS nas primeiras décadas do século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Unipampa. Jaguarão, 2023.

VIANA, Allyson Bruno. **Anarquismo em papel e tinta**: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UFC, 2014.